

ANÁLISE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL ALEMÃ E AUSTRO-AMERICANA

ANALYSIS OF GERMAN AND AUSTRO-AMERICAN NEOLIBERAL RATIONALITY

Rafael Gontijo de Aquino¹

Resumo

Este artigo explora a gênese e principais características do neoliberalismo, entendido como uma racionalidade governamental que surge como resposta às crises do liberalismo clássico, reformulando a relação entre Estado e mercado. Através da análise das vertentes alemã (ordoliberalismo) e austro-americana, que tiveram fundamental importância para o desenvolvimento do pensamento neoliberal contemporâneo, este estudo discute aspectos da racionalidade neoliberal, marcado pelo modelo da concorrência e do homem-empresa. Diferencia-se o neoliberalismo alemão, que propõe um Estado regulador do mercado, do neoliberalismo austro-americano, que defende a mínima intervenção estatal, destacando o conceito de *homo economicus* e de capital humano. Essa análise é fundamentada em autores como Michel Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval, além de autores com relevância histórica para o desenvolvimento das duas vertentes aqui estudadas, sendo eles Walter Eucken, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises.

Palavras-chave: neoliberalismo; ordoliberalismo; concorrência; capital humano; Michel Foucault.

Abstract

This article explores the genesis and main characteristics of neoliberalism, understood as a governmental rationality that emerged in response to the crises of classical liberalism, reformulating the relationship between the State and the market. Through analyzing the German (ordoliberalism) and Austro-American variants, which were fundamental to developing contemporary neoliberal thought, this study discusses aspects of neoliberal rationality, marked by the model of competition and the entrepreneurial man. The article distinguishes the German neoliberalism, which proposes a market-regulating state, from Austro-American neoliberalism, which advocates minimal state intervention, highlighting the concepts of *homo economicus* and human capital. This analysis is based on authors such as Michel Foucault, Pierre Dardot, and Christian Laval, as well as historically relevant thinkers for developing the two variants studied here, including Walter Eucken, Friedrich Hayek, and Ludwig von Mises.

Keywords: neoliberalism; ordoliberalism; competition; human capital; Michel Foucault.

¹ Mestre em Metafísica pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Comunicação Social também pela UnB. Email: rafagontijo@gmail.com

Considerações iniciais

Neste artigo, serão exploradas a gênese e as principais características do neoliberalismo, entendido como uma nova racionalidade que surgiu no século XX em resposta à crise pela qual passava o liberalismo clássico. Essa crise é, utilizando-se o termo de Michel Foucault (2008), uma crise da governamentalidade liberal. Pode-se compreender os desafios enfrentados pelo liberalismo como uma deficiência dessa prática governamental em lidar com os problemas econômicos e sociais emergentes daquele período histórico. De acordo com Dardot e Laval (2016), essa decadência do liberalismo clássico se deu entre os anos 1880 e 1930, quando os dogmas liberais foram sendo progressivamente substituídos, nos países industrializados, por ideias que defendiam maior intervenção estatal e propostas socialistas.

Enquanto o liberalismo clássico se baseava na crença na naturalidade e espontaneidade do mercado e na mínima intervenção do Estado, o neoliberalismo propõe uma reformulação dessa visão, enfatizando, entre outros aspectos, a necessidade de um Estado ativo que garanta o funcionamento do mercado, o princípio da concorrência em todo o tecido social e a ideia do homem-empresa, que deve, a todo momento, ser empresário de si mesmo. Esses elementos são cruciais para compreender o sujeito neoliberal, no qual a competição, o individualismo e a mentalidade empreendedora se tornam valores predominantes na vida cotidiana.

Vale ressaltar que aqui não houve a pretensão de realizar uma análise integral e exaustiva do neoliberalismo, nem tampouco de elaborar uma investigação histórica profunda do tema, mas sim de analisar comparativamente as racionalidades neoliberais alemã e austro-americana, com ênfase em seus fundamentos teóricos, suas diferenças quanto ao papel do Estado e suas implicações na constituição do sujeito neoliberal. Questões relevantes tanto do ponto de vista filosófico — por contribuir com os estudos sobre poder, governo e subjetividade — quanto do ponto de vista social, ao lançar luz sobre o neoliberalismo e seus desdobramentos em relação ao trabalho, lazer e comportamento nas sociedades contemporâneas.

Esse artigo está dividido em duas partes principais: na primeira, discute-se o ordoliberalismo alemão; na segunda, analisa-se o neoliberalismo austro-americano, seguido de considerações finais. Para atingir esse objetivo, foram utilizados como principais referências o livro *Nascimento da Biopolítica* de Foucault e o livro *A nova razão de mundo* de Dardot e Laval. Além deles, as seguintes obras de pensadores que tiveram preponderância histórica para o desenvolvimento do neoliberalismo: *Princípios da política econômica* de Walter Eucken, *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek e *Ação Humana* de Ludwig von Mises.

1 - Neoliberalismo alemão

A fim de compreender o neoliberalismo alemão, também conhecido como Escola de Friburgo ou ordoliberalismo (Foucault, 2022, p. 140), é preciso entender que, a partir de 1948, a Alemanha passava pela exigência de uma reconstrução de sua economia perdida, não mais voltada para a guerra, mas para a paz. Exigência essa de uma reconstrução planejada, ou seja, um sistema econômico cujos setores produtivos, planejamento e objetivos da economia são definidos e controlados pelo Estado. Essa imposição surgiu tanto por necessidades internas quanto “pela política americana e pela existência do plano Marshall” (Foucault, 2022, p. 102) que impunham tal decisão. Além dessas duas exigências, reconstrução e planificação, havia uma terceira obrigação dessa política de intervencionismo, da qual a Alemanha era objeto no pós-Segunda Guerra Mundial: a de que fossem estabelecidas políticas sociais. Todas essas ações faziam parte do que se chamava na época de políticas keynesianas (Foucault, 2022, p. 103).

A reconstrução e reintegração da economia alemã à Europa estavam profundamente entrelaçadas aos interesses geopolíticos e econômicos das potências ocidentais — em especial dos Estados Unidos —, que viam na recuperação da Alemanha não apenas uma condição para sua própria sobrevivência, mas um elemento indispensável à recuperação do continente como um todo (JUDT, 2005, p. 124). Para alcançar esse objetivo, tornou-se necessário remover as restrições impostas à produção e ao desempenho econômico alemão, permitindo que o país voltasse a exercer seu papel na rede comercial europeia. Esse processo envolveu, ainda, a concessão de uma autonomia política crescente aos líderes alemães, os quais passaram a desempenhar um papel decisivo na reconstrução nacional, mesmo sob a vigilância internacional. Assim, a reconstrução da Alemanha ocidental deu-se em meio a uma dinâmica complexa de controle externo e crescente responsabilização interna (Judt, 2005, p. 122).

Diferente do problema enfrentado no século XVIII — quando se buscava inserir a liberdade de mercado no interior de um Estado já constituído e cuja legitimidade era dada como certa —, o desafio que surge na Alemanha, a partir de 1948, é inverso: tratava-se de legitimar um Estado ainda inexistente a partir da liberdade econômica (Dardot e Laval, 2016, p. 107).

Este foi o primeiro problema que, política e historicamente, os neoliberais alemães — entre eles figuram Eucken, Böhm e Röpke — precisavam responder e que exigia o desenvolvimento de novos elementos na doutrina liberal, não em seu aspecto teórico econômico, mas como arte de governar (Foucault, 2022, p. 136). Ou seja, “como conseguir articular a legitimidade de um Estado com a liberdade dos parceiros econômicos, admitindo-se que a segunda deve fundar a primeira, ou servir de caução à primeira” (Foucault, 2022, p. 139).

Definido esse objetivo, precisaram determinar o campo de adversidade que deveriam enfrentar. Ou seja, quais seriam os obstáculos e inimigos que essa política liberal encontraria. Foucault (2022) aponta quatro entraves. O primeiro consiste na ideia — formulada pelo economista Friedrich List —, oriunda do fracasso no século XIX, de se estabelecer um Estado alemão segundo a doutrina liberal, de que a política econômica liberal não é aplicável a todas as nações, não é uma regra universal, e se aplicaria muito mais aos ingleses e nações marítimas, sendo a Alemanha, por seus aspectos históricos e geográficos, mais beneficiada com políticas econômicas protecionistas (Foucault, 2022, p. 143).

O segundo obstáculo, também proveniente do século XIX, é definido por Foucault (2022, p. 143) como o socialismo de Estado bismarckiano.

Para que a nação alemã existisse em sua unidade, não era necessário simplesmente que ela fosse protegida contra o exterior por uma política protecionista, era necessário além disso que, no interior, tudo o que pudesse comprometer a unidade nacional fosse dominado, jugulado, e, de modo geral, era preciso que o proletariado, como ameaça à unidade nacional e à unidade estatal, fosse efetivamente reintegrado no seio do consenso social e político (Foucault, 2022, p. 143).

O terceiro entrave foi a economia planificada na Alemanha, que consistia em um modelo econômico centralizado "em torno de um aparelho administrativo que tomava o essencial das decisões na ordem da economia, atribuindo os recursos raros, estabelecendo o nível dos preços e garantindo o pleno emprego" (Foucault, 2022, p. 144) até aproximadamente o ano de 1933.

Por fim, o quarto obstáculo enfrentado pelas ideias liberais na Alemanha foram as intervenções estatais keynesianas na economia entre 1925 e 1930.

Dessa forma, antes mesmo do nazismo, já havia surgido quatro barreiras para a adoção das políticas liberais: economia protegida, socialismo de Estado, economia planificada e intervenções keynesianas (Foucault, 2022, p. 144). E é a partir da tomada de poder pelos nazistas que esses quatro elementos que "se comunicavam, mas não formavam um sistema" (Foucault, 2022, p. 145) vão se unir em um todo unificado e coeso. Portanto, foi a partir da herança desses quatro entraves históricos e da política econômica nazista que os neoliberais alemães construíram sua teoria.

Fundamentados na experiência nazista, os ordoliberais concluíram que o "nazismo é o revelador de algo que é simplesmente o sistema de relações necessárias que há entre esses diferentes elementos" (Foucault, 2022, p. 146). Ou seja, a adoção de qualquer um desses quatro elementos analisados — economia protegida, socialismo de Estado, economia planificada e intervenções do tipo keynesiano — levaria, necessariamente, à adoção dos outros três.

Apoiados nessa análise, e a partir do estudo das políticas de outros países como o New Deal nos Estados Unidos e as práticas keynesianas na Inglaterra, os ordoliberais chegaram à mesma conclusão: a adesão a qualquer um desses quatro elementos atraía os outros três, conduzindo inevitavelmente a uma experiência análoga ao nazismo. Sendo assim, os ordoliberais:

Procuraram identificar essa invariante relacional nesses diferentes regimes, em diferentes situações políticas, e estabeleceram o princípio de que a diferença essencial não era entre socialismo e capitalismo, a diferença essencial não era tampouco entre a estrutura constitucional ou aquela outra. O verdadeiro problema era entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico (Foucault, 2022, p. 147).

Sobre isso, Hayek (2010, p.31) afirma que o nazismo e fascismo foram resultado das políticas socialistas, e não uma reação contra elas. Tendo, inclusive, várias semelhanças com a Rússia comunista. Desta maneira, o que se passou na Alemanha, Itália e Rússia foram desdobramentos inevitáveis do crescimento das intervenções estatais (Hayek, 2010, p. 38).

De acordo com Foucault (2022, p. 147-149), fundamentados nesse exame, os ordoliberais chegaram a uma segunda conclusão, a de que o nazismo era, em essência, o desenvolvimento sem fim do poder estatal. Isto é, a adoção das medidas intervencionistas citadas acarretava na necessidade do que Foucault (2022, p. 149) chamou de "sobre-Estado" ou "suplemento de Estado", em que o Estado precisa se exceder, se intensificar, uma vez que os modelos convencionais não atendiam às necessidades dessas políticas econômicas. Em outros termos,

Há um nexos necessário, o que faz com que nenhum dos elementos do sistema econômico possa ser dado sem que os outros três venham em seguida, pouco a pouco, e que cada um desses elementos requeira, precisamente, para ser instaurado e para funcionar, o crescimento do poder estatal (Foucault, 2022, p. 149-150).

A terceira crítica realizada pelos ordoliberais foi a respeito da apreciação negativa dos nazistas em relação à sociedade capitalista, segundo a qual esta produziria uma "sociedade de massa, sociedade do homem unidimensional, sociedade da autoridade, sociedade de consumo, sociedade do espetáculo, etc.". (Foucault, 2022, p. 151). Para os neoliberais alemães, o que o nazismo fez foi fatalmente acentuar e intensificar todas essas características que buscou combater, uma vez que esses elementos não seriam, então, fruto da sociedade capitalista burguesa, mas sim de políticas protecionistas, do estatismo e da rejeição aos ideais liberais.

Isto posto, foi a partir, principalmente, dessas três críticas à experiência nazista que os ordoliberais elaboraram sua teoria de que toda prática antiliberal que busca intervir na sociedade e na economia levaria, portanto, ao nazismo. Ou seja,

O ciclo de uma racionalidade que acarreta intervenções, intervenções que acarretam um crescimento do Estado, crescimento do Estado que acarreta a implantação de uma administração que funciona de acordo com tipos de racionalidade técnica, que constituem precisamente a gênese do nazismo através de toda a história do capitalismo (Foucault, 2022, p. 153).

Para Foucault (2022, p. 154), as consequências que eles tiraram dessa série de análises foram a de que os defeitos atribuídos à economia de mercado, na verdade, deviam ser atribuídos ao Estado e à sua racionalidade própria. E, foi em função disso, que os ordoliberais buscaram uma solução diferente, e nova, da proposta feita pelos liberais clássicos. Enquanto estes defendiam que o mercado deveria ser o princípio de limitação do Estado e que o Estado deveria vigiá-lo e protegê-lo, para os neoliberais alemães a resposta seria o mercado ser o princípio fundador, regulador e organizador do próprio Estado. "Em outras palavras, um Estado sob vigilância do mercado em vez de um mercado sob vigilância do Estado" (Foucault, 2022, p. 155).

1.2 - O papel do mercado e o concorrencialismo

Foi a partir desse ponto que os ordoliberais, em 1948, buscaram responder ao problema que se apresentava na Alemanha pós-guerra: como fundar e legitimar um Estado que seja aceito por aqueles que venceram a Segunda Guerra Mundial e que desconfiam de suas ações? Estabelecendo uma liberdade de mercado que simultaneamente irá instituir e fiscalizar o Estado (Foucault, 2022, p. 155). Nota-se, dessa forma, que a doutrina ordoliberal serviu de base para a reconstrução da política alemã, "fazendo da economia de mercado a base de um Estado liberal-democrático" (Dardot e Laval, 2016, p. 106).

A respeito disso, Dardot e Laval (2016, p. 108) reforçam que tanto Eucken quanto Röpke, pensadores liberais da época, tiveram um papel fundamental na defesa e convencimento da liberalização dos preços e da reforma econômica anunciada pelas autoridades alemãs, combatendo a política dirigista e intervencionista em que a Alemanha se encontrava naquele momento.

Dessa forma, o neoliberalismo, seja o modelo alemão ou norte-americano, não é um retorno ao modelo da economia liberal clássica dos séculos XVIII e XIX. Não se trata mais de permitir uma economia livre, e sim de saber se "o mercado pode ter efetivamente um poder de

formalização, tanto para o Estado como para a sociedade. É esse o problema importante, capital, do liberalismo atual" (Foucault, 2022, p. 156), ao qual os liberais alemães responderam afirmando que a economia de mercado pode ser o princípio fundador e formalizador do Estado. E para justificar essa resposta, os ordoliberais realizaram mudanças e transformações na doutrina liberal clássica.

A primeira delas, e uma das mais importantes, foi a mudança do princípio da troca pelo da concorrência. Anteriormente, no modelo da troca, o que prevalecia era a não interferência estatal, que tão somente deveria supervisionar o funcionamento do mercado e da livre troca entre duas partes. Posteriormente, desde o fim do século XIX, a evolução do pensamento liberal definiu que o princípio do mercado está na concorrência, não mais na troca. Nesse novo princípio, a concorrência foi um princípio dinâmico que organiza a sociedade como um todo, uma regra de conduta que regula o mercado de forma mais eficaz que modelo da troca. E essa concorrência que assegurou a racionalidade econômica "mediante a formação de preços, que, na medida em que há concorrência plena e inteira, são capazes de medir as grandezas econômicas e, por conseguinte, regular as escolhas" (Foucault, 2022, p. 158).

Com isso, de acordo com Foucault (2022, p. 158), o resultado tanto do modelo da troca quanto desse primeiro modelo de concorrência chegam ao mesmo resultado, o *laissez-faire*: um mercado que funcione livremente, sem interferências. Em outros termos, a conclusão é a de que o Estado deve se abster de qualquer interferência, exceto aquelas que visam garantir que a troca ou concorrência não sejam prejudicadas.

Partindo disso, os ordoliberais aproveitaram o princípio da concorrência, fruto dessa evolução do pensamento liberal, e o modificaram, fundamentando-o na crítica ao *laissez-faire*. A esse respeito, Eucken (2016, p. 372) afirma que "*laissez-faire* e concorrência perfeita não devem ser confundidos, que, pelo contrário, o *laissez-faire* conduz muitas vezes a outras formas de mercado em vez da concorrência perfeita".

Para eles, a concorrência, como havia sido proposta, permanece refém de uma "ingenuidade naturalista", ou seja, continua-se acreditando que o mercado é um fenômeno natural que surge a partir de uma certa espontaneidade e que deve ser respeitada pelo Estado. Em outras palavras, "enquanto os velhos economistas liberais concluíram pela necessidade de uma não intervenção do Estado, os ordoliberais transformaram a livre concorrência em objeto de uma escolha política fundamental" (Dardot e Laval, 2016, p. 112).

Para Dardot e Laval (2016, p. 105), fica evidente a crítica e ruptura com a política do *laissez-faire* dos liberais clássicos. Para os ordoliberais é imprescindível que exista uma

ordenação da economia, pois ela é obra de uma política positiva, fruto da ação dos homens, e não uma realidade natural que se autorealiza (Dardot e Laval, 2016, p. 105).

Com isso, a política ordoliberal, que rompeu com as ideias de uma regulação natural do mercado, necessitava de uma legislação econômica positivada e deveria fazer parte de um ordenamento jurídico que contribuísse "para assegurar o bom funcionamento dessa lógica da 'concorrência perfeita'" (Dardot e Laval, 2016, p. 112) com base em um sistema de preços livres.

A política de ordenação intervém diretamente no “quadro” ou nas condições de existência do mercado de modo a realizar os princípios da constituição econômica: a política reguladora intervém não diretamente no “processo” em si, mas por intermédio de um controle e de uma vigilância cujo intuito é afastar todos os obstáculos ao livre jogo da concorrência e, assim, facilitar o “processo” (Dardot e Laval, 2016, p. 115).

A busca dos neoliberais alemães era por uma ordem social e política com base no concorrencialismo e na soberania de cada indivíduo no que diz respeito à sua própria vida (Dardot e Laval, 2016, p. 116), devendo o Estado estar livre de conceder privilégios ou proteções a determinados grupos, o que acarretaria perturbações na livre concorrência.

O que não implica um Estado fraco, pelo contrário, “é necessário um ‘Estado forte’, capaz de resistir a todos os grupos de pressão” (Dardot e Laval, 2016, p. 117), defendendo o bom funcionamento da economia de mercado. E seria a concorrência, com seu sistema de regulação de preços, que permitiria o equilíbrio e estabilidade da ordem econômica (Eucken, 2016, p. 384).

Para os ordoliberais, a concorrência e a liberdade estavam intimamente relacionadas, já que não podia haver uma sem a existência da outra. A concorrência é o modo de relação “mais conforme com as exigências morais que se podem esperar do homem, na medida em que permite que ele se afirme como ser autônomo, livre e responsável por seus atos” (Dardot e Laval, 2016, p. 123).

Com isso, a novidade teórica defendida pelos neoliberais alemães era de que a concorrência não era algo natural.

A concorrência é um *eídos*. A concorrência é um princípio de formalização. A concorrência possui uma lógica interna, tem sua estrutura própria. Seus efeitos só se produzem se essa lógica é respeitada. É, de certo modo, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos (Foucault, 2022, p. 160).

Isto significa que a concorrência é um "objetivo histórico da arte governamental, não é um dado natural a respeitar" (Foucault, 2022, p. 160), e seu funcionamento é fruto de uma série

de esforços e condições artificiais constantes, ininterruptos, uma vez que a concorrência pura nunca pode ser alcançada. Sendo assim, não há mais uma divisão entre um mercado que deve agir de maneira desimpedida e livre e um Estado não intervencionista.

O que há agora é uma justaposição entre os dois, já que essa concorrência perfeita, que ao mesmo tempo em que dita e define as ações do governo, só pode funcionar por meio de uma governamentalidade ativa. "É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado" (Foucault, 2022, p. 161). E é um intervencionismo jurídico, uma legislação formal, dentro dessa moldura institucional que vai proteger o capitalismo de "cair nesses fenômenos monopolistas, nesses fenômenos de concentração, nesses fenômenos de centralização que se pôde constatar na sociedade moderna" (Foucault, 2022, p. 239).

Essa foi, então, a primeira transformação que os neoliberais realizaram na teoria liberal clássica, se afastando do princípio do *laissez-faire* e propondo uma vigilância e intervenção constantes por parte do governo (Foucault, 2022, p. 179), ou seja, um liberalismo positivo. Não se trata mais de definir, como anteriormente, o que será ou não da alçada do Estado, e sim de definir a maneira de agir do Estado, sua forma governamental.

O segundo ponto de fundamental importância na teoria neoliberal é o que Foucault (2022) chamou de ações conformes, às quais ele retira do texto *Die Grundsätze der Wirtschaftspolitik* (Princípios da política econômica) de W. Eucken. Elas podem ser divididas de duas formas, as ações reguladoras e as ações ordenadoras (Foucault, 2022, p. 185-186).

A primeira, de forma sucinta, diz respeito às ações do governo sobre os processos econômicos quando, por alguma razão, for necessário. Essas intervenções devem ocorrer nas condições do mercado e não nos mecanismos da economia, buscando a estabilidade dos preços e levando em conta três características: "tendência à redução de custos, tendência à redução do lucro da empresa e, por fim, tendência provisória, pontual, a aumentos de lucro, seja por uma redução decisiva e maciça dos preços, seja por uma melhoria na produção" (Foucault, 2022, p. 186).

Já as ações ordenadoras também vão agir sobre as condições do mercado, entretanto, sobre os aspectos e circunstâncias mais amplas e fundamentais do que no caso das ações reguladoras, o que os neoliberais alemães chamaram de "moldura" (Foucault, 2022, p. 188). Essa moldura, que deve ser o principal alvo das políticas governamentais neoliberais, diz respeito a aspectos que interferem na economia, mas que não são, propriamente, econômicos. Portanto,

A intervenção governamental deve ser discreta no nível dos processos econômicos propriamente ditos, como, ao contrário, deve ser maciça quando se trata desse conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, grosso modo, sociais, que vão se tornar agora cada vez mais o objeto da intervenção governamental (Foucault, 2022, p. 190).

Por fim, a terceira transformação operada pelos ordoliberalis no pensamento liberal clássico diz respeito à política social. Essa política social, em uma economia de bem-estar, pode, de acordo com Foucault (2022, p. 191), ser entendida em três aspectos. O primeiro deles é a perspectiva de que os processos econômicos vão produzir efeitos nocivos na sociedade, como a desigualdade, e, portanto, as políticas sociais devem ser um contrapeso a esses danos gerados.

O segundo ponto define que as políticas sociais devem buscar "uma socialização de certos elementos de consumo" (Foucault, 2022, p. 191), como a medicina e a cultura, de forma que todos possam ter acesso. O terceiro, e último aspecto, é o de que as compensações e benefícios das políticas sociais devem ser proporcionais ao crescimento econômico.

No entanto, os neoliberais alemães tinham críticas em relação à economia de bem-estar. Eles diziam que as políticas sociais não deveriam buscar compensar os resultados do desenvolvimento econômico e nem tampouco buscar que todos os indivíduos tivessem acesso aos bens de consumo de forma igualitária. Era importante que houvesse concorrência, oscilações e desigualdade para que o jogo econômico funcionasse da melhor maneira possível. Para eles,

É preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objetivo principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica (Foucault, 2022, p. 192).

Uma consequência desse pensamento é a desaprovação da transferência de renda com o intuito de aumentar o poder aquisitivo dos indivíduos mais pobres, sendo que o máximo que se deve fazer é garantir um mínimo necessário para a sobrevivência daqueles que momentaneamente, ou definitivamente, não estão em condições de fazê-lo (Foucault, 2022, p. 193). Ou seja, não é papel do Estado ou da sociedade proteger os indivíduos dos riscos, acidentes, doenças e morte. O papel da política social deve ser o de garantir "uma espécie de espaço econômico dentro do qual [os indivíduos] podem assumir e enfrentar os riscos" (Foucault, 2022, p. 194).

Em outros termos, a política social não deve buscar compensar o sistema econômico, nem distribuir renda de forma proporcional ao seu crescimento. O que a política social, nos

moldes do pensamento dos ordoliberalis, deve fazer é criar um espaço em que seja possível aos indivíduos conquistarem renda suficiente que possam se proteger dos riscos individuais. E é o crescimento econômico que vai permitir o que os alemães chamam de "política social individual", uma privatização dos mecanismos de seguro, isto é, cabe ao indivíduo, pelas reservas de que ele dispõe, seja individual, seja por intermédio das sociedades de ajuda mútua, proteger-se dos riscos (Foucault, 2022, p. 195).

A esse respeito, Dardot e Laval (2016, p. 112) reforçam que para os ordoliberalis essa economia de mercado tem sim um caráter social, visto que o sistema concorrencial leva necessariamente ao progresso da população como um todo, tendo a responsabilidade individual e uma existência mínima de seguros sociais e legislações trabalhistas como uma de suas características. Dessa forma, "é necessário que haja instituições públicas de assistência social. Mas, sempre que possível, deve insistir-se no reforço da livre iniciativa de cada um" (EUCKEN, 2016, p. 598). O que difere do Estado de bem-estar ou Estado social, em que as políticas de proteção e as indenizações sociais são aspectos fundamentais (Dardot e Laval, 2016, p. 112).

Para Eucken, é a concorrência que vai permitir que cada indivíduo possa buscar seus próprios objetivos da forma que lhe apraz, sendo esse um dos motivos que faz com que esse modelo econômico seja melhor do que os demais. (Dardot e Laval, 2016, p. 111).

Esses são alguns dos elementos que constituem a governamentalidade neoliberal que, como visto, apresenta intervenções tão frequentes e intensas quanto outras práticas governamentais, mas tendo como diferencial o ponto de não buscar atuar sobre os processos econômicos, e sim sobre a sociedade, sobre a moldura, sobre os aspectos mais amplos com o intuito de garantir o funcionamento dos mecanismos concorrenciais. Ou seja, a arte de governar neoliberal terá como alvo e objetivo principal a sociedade (Foucault, 2022, p. 196).

Busca-se, então, criar uma sociedade subordinada à dinâmica e à lógica concorrencial, e não mais à lógica do consumo. Não é mais o homem mercantil, consumidor, e sim o homem empresário de si, o homem da produção e do resultado. É esse padrão que deve ser normalizado na sociedade neoliberal (Foucault, 2022, p. 197).

Trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas 'empresa' que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala nacional ou internacional, tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma 'empresa' no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (Foucault, 2022, p. 199).

Isto é, o neoliberalismo alemão busca uma política intervencionista e ativa, mas não assistencialista e compensatória dos efeitos nocivos da economia de mercado. Uma política que visa assegurar o melhor funcionamento da concorrência, evitando os mecanismos anticoncorrenciais, esses sim prejudiciais à sociedade, assim como objetiva uma sociedade não mais indexada, organizada, enformada na mercadoria e no consumo, mas no modelo de empresa em todos os níveis sociais (Foucault, 2022, p. 216).

Nasce, então, dessa teoria econômica, uma nova arte de governar que renova a forma liberal de governo. Uma arte de governar que

Projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em torno da revalorização da unidade "empresa" como agente econômico fundamental (Foucault, 2022, p. 236).

2 - Neoliberalismo americano

Para Foucault (2022), o neoliberalismo americano desenvolveu-se em um contexto que apresentava três características principais. A primeira delas era a presença do programa para recuperação da economia americana denominado New Deal, implementado no governo do então presidente Roosevelt nos moldes das políticas keynesianas. A segunda foi "o plano Beveridge e todos aqueles projetos de intervencionismo econômico e de intervencionismo social que foram elaborados durante a guerra" (Foucault, 2022, p. 290) que visavam um sistema de proteção social, que garantia determinadas seguranças relacionadas a empregos, saúde e aposentadoria à população envolvida com a guerra. E a terceira era o crescimento do intervencionismo estatal através de diversos programas públicos sobre, entre eles, pobreza, educação e segregação (Foucault, 2022, p. 291).

E foi em face dessas três características históricas, "política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através desses programas econômicos e sociais" (Foucault, 2022, p. 291), que o neoliberalismo americano surgiu. Nota-se que esses aspectos de contestação às políticas keynesianas, planificação da economia e fortalecimento estatal foram também comuns ao desenvolvimento do neoliberalismo na Europa. Entretanto, vale ressaltar algumas características que são particulares ao caso americano.

A primeira dessas características é o fato de que, nos Estados Unidos, semelhante ao caso alemão pós-guerra, o neoliberalismo foi o princípio fundador e legitimador no período da Guerra da Independência, surgindo da necessidade de formar e dar sentido a um novo Estado.

Esse aspecto, porém, é diferente da experiência de outros países europeus, como a França, nos quais o neoliberalismo surgiu da necessidade de limitar e moderar um Estado já preexistente.

Outro aspecto peculiar ao caso americano é o de o liberalismo estar presente de forma permanente em todas as discussões políticas e econômicas dos Estados Unidos, "enquanto na Europa os elementos recorrentes do debate político no século XIX foram, ou a unidade da nação, ou sua independência, ou o estado de direito" (Foucault, 2022, p. 292). A terceira característica, que tem relação com a presença constante do liberalismo em todo debate político americano, é de que as políticas intervencionistas, não liberais, eram vistas, sobretudo a partir do século XX, como uma ameaça e como um elemento estranho, que sofreu críticas tanto da direita quanto da esquerda norte-americana. Sendo assim,

O liberalismo americano não é — como é na França destes dias, como ainda era na Alemanha no imediato pós-guerra — simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados (Foucault, 2022, p. 293).

Portanto, o liberalismo, nos Estados Unidos, é uma reivindicação presente de forma comum tanto da esquerda quanto da direita, tanto dos governantes quanto dos governados. O neoliberalismo passa a ser, segundo Foucault (2022), "um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica" (Foucault, 2022, p. 293), e não apenas uma opção governamental. Têm-se, então, os principais aspectos que diferenciam o neoliberalismo americano do caso europeu.

2.1 - Capital social e *Homo Economicus*

A partir dessa grade de análise econômica e social, é possível explorar um importante aspecto do neoliberalismo americano: a teoria do capital humano, na qual se pode analisar, com base em um viés econômico, esferas até então não econômicas (Foucault, 2022, p. 294).

Para chegar a essa teoria, os neoliberais partem de uma crítica à economia clássica de que ela não aprofundou seus estudos sobre o trabalho, ou seja, não fez uma análise econômica do trabalho (Foucault, 2022, p. 296). Para eles, o importante não é mais "a quanto se compra o trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual valor o trabalho acrescenta" (Foucault, 2022, p. 299), mas sim investigar o trabalho pelo prisma de quem trabalha, quer dizer, como o trabalhador utiliza suas habilidades e competências para gerar renda a partir de uma conduta racionalizada e refletida. Consequentemente, a análise econômica do trabalho

retira o trabalhador do papel de um objeto de uma oferta e procura do mercado de trabalho para o papel de um indivíduo econômico ativo.

E como sujeito ativo nesse processo, o trabalho é um meio para gerar determinada renda a partir do que será chamado de capital. Em outros termos, capital será tudo aquilo que permite gerar uma renda, isto é, "o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário" (Foucault, 2022, p. 300) não só no momento presente, mas também no futuro.

Disso resulta que o capital, essa competência para produzir receita, é indissociável do indivíduo, não podendo ser compreendida de forma separada ou isolada (Foucault, 2022, p. 301). Dessa forma, o trabalhador pode ser entendido como uma máquina que produz fluxos de renda e, como uma máquina, tem sua duração, seu ápice de produção e sua obsolescência.

Com essa noção de trabalho e capital, os neoliberais americanos aprofundaram a ideia de unidades-empresas, formulada pelos ordoliberais, de que cada sujeito é empresa de si mesmo. Para Foucault (2022), isso marca um retorno à concepção do *homo economicus*, porém deslocando o conceito clássico de homem da troca para o de homem empresário de si mesmo, "sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda" (Foucault, 2022, p. 302).

Logo, chega-se à ideia de que o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador (Foucault, 2022, p. 304).

E foi essa noção de capital humano e de *homo economicus* que os neoliberais utilizaram como grade de exame de toda a sociedade (Foucault, 2022, p. 303), permitindo a análise econômica de elementos tidos até então como não econômicos. E esses elementos poderão constituir esse capital humano, como componentes inatos ou adquiridos.

Os inatos correspondem às características genéticas herdadas ao nascer, que podem contribuir ou não para esse capital humano, como determinadas deficiências ou sua propensão ou resistência a determinadas doenças (Foucault, 2022, p. 307). Já os elementos adquiridos representam o que pode ser chamado de investimentos educacionais, que não se resumem, apesar da importância, somente à formação escolar e profissional, mas também a fatores mais amplos que contribuem para que esse indivíduo possa gerar renda, como o tempo de qualidade que seus pais lhe dedicaram na infância, o acesso à cultura, intercâmbios, serviços de saúde. "Ou seja, vai se chegar assim a toda uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida

da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada" (Foucault, 2022, p. 308) e que constitui uma nova forma de se pensar, de se racionalizar, esses fatores antes considerados não-econômicos.

Essa universalização do modelo de empresa para cada indivíduo refere-se a tornar:

O modelo econômico, o modelo oferta e procura, o modelo investimento-custo-lucro, para dele fazer um modelo das relações sociais, um modelo da existência, uma forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com seu círculo, com o futuro, com o grupo, com a família (Foucault, 2022, p. 324).

Diferente do proposto pelos neoliberais alemães, em que o modelo empresa e a concorrência deveriam ser as regras do mercado, mas que não deveriam ser os princípios da sociedade e da moral, uma vez que o concorrencialismo é socialmente muito mais desagregador do que um princípio de cooperação e união, para os neoliberais americanos esse modelo deveria ser generalizado de forma integral e absoluta em todo o tecido social (Foucault, 2022, p. 325).

A concorrência, então, ganha um sentido novo, no qual os sujeitos estão sempre em busca de vencer os outros na constante busca do lucro, ou seja, uma dimensão agnóstica: a da competição e rivalidade. "A partir da luta dos agentes é que se poderá descrever não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor" (Dardot e Laval, 2016, p. 135 e 136). Segundo Hayek (2010, p. 58), "onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais" (Hayek, 2010, p. 58).

É exatamente esse modelo de homem-empresa, desenvolvido pelos pensadores austro-americanos, que será a principal contribuição no desenvolvimento do neoliberalismo, adicionando uma dimensão de rivalidade, empreendedorismo e concorrência a todas as esferas de ação do indivíduo. (Dardot e Laval, 2016, p. 135).

E essa generalização acarreta dois aspectos importantes. O primeiro deles é o fato de que o modelo econômico vai servir como "princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais" (Foucault, 2022, p. 326). Em outras palavras, campos tradicionalmente não econômicos passam a ser interpretados através da perspectiva financeira, como o caso do capital humano, das taxas de natalidade e do casamento, antes tidos como pertencentes somente à sociologia ou à psicologia.

Sobre isso, em sua obra *Ação Humana*, von Mises (2010) defende que o estudo da economia não pode se basear somente na análise dos fenômenos de mercado, mas deve ser uma "ciência geral de toda e cada ação humana, ou seja, na praxeologia" (Von Mises, 2010, p. 287).

Essa teoria geral da ação humana, a praxeologia, diferente da psicologia, não se debruça sobre as questões psicológicas, mas sobre as ações concretas, realizadas, entendida como “o emprego de meios para atingir fins” (Von Mises, 2010, p. 37), sendo indiferente a finalidade da ação. Deste modo, ela “é uma ciência de meios e não de fins” (Von Mises, 2010, p. 39).

Para von Mises (2010, p. 298), toda ação humana busca aumentar a satisfação daquele que a realiza. Deste ponto de vista, pode-se dizer que toda ação é inevitavelmente egoísta. Nesse sentido, Hayek (2010, p. 40) defendeu o individualismo em detrimento do socialismo, tendo

[...] como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais (Hayek, 2010, p. 40).

O segundo aspecto que a universalização do modelo de empresa de si acarreta é a avaliação de todas as ações estatais em termos de mercado. Dessa forma, a prática governamental é alvo dessa crítica mercantil que irá aferir constantemente se suas práticas estão em conformidade com esse modelo neoliberal (Foucault, 2022, p. 330 e 331).

Para Dardot e Laval (2016, p. 133), diferente dos ordoliberais que enfatizavam a importância da atuação estatal para o pleno funcionamento da economia de mercado, a forma neoliberal austro-americana, com Ludwig von Mises e Friedrich Hayek como seus principais representantes, defende, assim como os liberais clássicos, a mínima interferência e atuação do Estado (Dardot e Laval, 2016, p. 133).

Ainda sobre isso, para von Mises (2010), as ações do Estado perturbam o processo concorrencial e geram prejuízos econômicos e sociais que desencadeiam novas intervenções. Esse ciclo negativo de intervenções leva a um governo cada vez mais autoritário e a cidadãos cada vez menos livres em seus atos e desejos. “Para von Mises e Hayek, a particularidade e a superioridade da economia de mercado é que o indivíduo deve ser o único a decidir a finalidade de suas ações, porque somente ele sabe o que é bom pra ele” (Dardot e Laval, 2016, p. 138).

Importante compreender o sentido dado ao termo economia de mercado para os neoliberais austro-americanos, que pode ser definido como

O sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. Todos agem por conta própria; mas as ações de cada um procuram satisfazer tanto as suas próprias necessidades como também as necessidades de outras pessoas. Ao agir, todos servem seus concidadãos. Por outro lado, todos são por eles servidos. Cada um é ao mesmo tempo um meio e um fim; um fim último em si mesmo e um meio para que outras pessoas possam atingir seus próprios fins (Von Mises, 2010, p. 315).

A respeito da necessidade da intervenção estatal e da criação de uma moldura institucional e legal para o bom funcionamento da economia de mercado defendida pelos neoliberais alemães, von Mises fez algumas críticas. Para o autor, não há meio-termo possível, toda interferência do Estado é negativa e leva a um decréscimo de liberdade e da soberania dos consumidores (Dardot e Laval, 2016, p. 137).

E é a partir da premissa de que "os indivíduos são os únicos capazes de fazer cálculos a partir das informações que possuem" (Dardot e Laval, 2016, p. 146) que von Mises chega à conclusão de que as interferências do Estado não são necessárias para o bom funcionamento do mercado, uma vez que essas interferências minam a capacidade dos sujeitos de tomar decisões e de buscar informações e oportunidades comerciais. Isto é, tolhem a competência empreendedora, fundamental para a economia de mercado dos indivíduos.

Para Hayek (2010, p. 105), não pode haver liberdade individual sem liberdade econômica, já que, em sociedades de economia planificada, as escolhas dos indivíduos são limitadas pelas opções dadas pelo governo. Dessa forma, "a liberdade individual é inconciliável com a supremacia de um objetivo único ao qual a sociedade inteira tenha de ser subordinada de uma forma completa e permanente" (Hayek, 2010, p. 194). Com isso, é o dinheiro que permite ao sujeito, em um regime de concorrência, escolher aquilo que melhor satisfaz suas necessidades

Isso porque o controle dos meios de produção se acha dividido entre muitas pessoas que agem de modo independente. Se todos os meios de produção pertencessem a uma única entidade, fosse ela a "sociedade" como um todo ou um doador, quem exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós (Hayek, 2010, p. 115).

Nessa economia de mercado, o Estado, considerado por von Mises (2010) como "o aparato social de coerção e compulsão" (Von Mises, 2010, p. 315), não interfere na vida e decisões da população, devendo apenas proteger o mercado de atitudes que possam prejudicar seu funcionamento e preservar a vida e a propriedade privada dos cidadãos. Nesse sentido, Eucken (2016, p. 514) defende a propriedade privada como condição prévia da ordem concorrencial.

Dardot e Laval (2016, p. 134) reforçam que isso não faz do neoliberalismo austro-americano um simples retorno ao liberalismo clássico do *laissez-faire*, uma vez que possuem contribuições novas para a governabilidade neoliberal. Entre elas, a teoria do capital humano e o modelo de homem-empresa já apresentados aqui, assim como o novo sentido dado ao termo mercado, que deixa de ser um local estático, de livre circulação de bens e dirigido por leis

naturais e passa a ser um local autocriador, capaz de se perpetuar no tempo de forma perfeita, em sua própria dinâmica, desde que não seja impedido por questões éticas ou intromissões estatais. Além disso, o mercado passa a ser entendido como “um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito” (Dardot e Laval, 2016, p. 140).

Ou seja, o sujeito empresarial é fruto do mercado, ele vai se formando nessa relação contínua com situações de mercado, situações de concorrência, que vão proporcionando aprendizados por meio de escolhas constantes. E é dessa forma que a governamentalidade neoliberal conduz os indivíduos a governar a si mesmos (Dardot e Laval, 2016, p. 141). E esse autogoverno é nomeado de *entrepreneurship*, que consiste no aspecto empreendedor presente em menor ou maior grau em todos os indivíduos e que é promovida pela economia de mercado, de modo que

[...] o empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não (Dardot e Laval, 2016, p. 145).

Dessa forma, o mercado, em sua dinâmica concorrencial, passa a ser o local em que o sujeito forma a si mesmo por meio de um processo constante de erros e acertos no qual busca melhorar sua condição de vida a partir das informações que possui e das "diferenças de preço entre os fatores de produção e os produtos. O espírito que ele desenvolve é o da especulação, que mistura risco e previsão" (Dardot e Laval, 2016, p. 146).

Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer. Essa luta tem a virtude do contágio: todos imitam os melhores, tornam-se cada vez mais vigilantes e, progressivamente, adquirem *entrepreneurship* (Dardot e Laval, 2016, p. 147).

Nesse sistema, em que são necessários sujeitos livres, “o mercado comanda tudo; por si só coloca em ordem todo o sistema social, dando-lhe sentido e significado” (Von Mises, 2010, p. 315). Constata-se, dessa forma, que a liberdade individual é um elemento essencial ao modelo neoliberal austro-americano, sem o qual sua prática fica impossibilitada.

Considerações finais

A análise dessas duas variantes do neoliberalismo revela como essa racionalidade reformula a compreensão da relação entre o Estado e o mercado, propondo um sujeito centrado

na concorrência e na busca constante por maximização de ganhos. Enquanto o neoliberalismo alemão destaca a necessidade de um Estado ativo na criação das condições para o funcionamento ideal do mercado, o neoliberalismo austro-americano prioriza a mínima intervenção estatal, transformando a noção do sujeito empresarial, produto da dinâmica concorrencial própria da economia de mercado, que deve desenvolver cada vez mais seu aspecto empreendedor. É nessa relação com o mercado que o sujeito se forma e aprende a autogovernar-se. Ambos, entretanto, compartilham a crença na eficiência da concorrência como princípio organizador da sociedade, embora com diferentes nuances quanto ao papel do Estado.

Por fim, o percurso metodológico adotado foi de natureza teórica e bibliográfica, com base na análise de obras fundamentais para a compreensão da racionalidade neoliberal, tais como *Nascimento da biopolítica*, de Michel Foucault, e *A nova razão do mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval, além de textos clássicos de Walter Eucken, Friedrich Hayek e Ludwig von Mises. O estudo contribui para a compreensão da governamentalidade neoliberal como um modo de racionalidade que ultrapassa a mera gestão econômica, alcançando a constituição de subjetividades. Contudo, reconhece-se que o presente artigo apresenta limitações, uma vez que não incorpora uma análise empírica do neoliberalismo na contemporaneidade. Como perspectivas de pesquisa, sugere-se o aprofundamento das investigações a respeito dos efeitos do neoliberalismo em diferentes contextos geográficos, assim como em setores específicos, como a saúde mental, a educação e o trabalho, bem como o exame de formas de resistência e alternativas possíveis à racionalidade neoliberal.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

EUCKEN, Walter. *Princípios da política económica*. Tradução de Karin Paul Ferreira e Eduardo de Sousa Ferreira. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

FOUCAULT, Michael. *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2022.

_____. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 6. ed. São Paulo, SP: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

JUDT, Tony. *Postwar: A History Of Europe Since 1945*. 1 ed. New York: The Penguin Press. 2005

VON MISES, Ludwig. *Ação Humana*. Tradução de Donald Stewart Jr.. São Paulo, SP: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Recebido em: 15/03/2025.

Aprovado em: 15/06/2025.